

PANORAMA DO EMPREGO E DOS SALÁRIOS NA AGRICULTURA DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1991-94ⁱ

José Eduardo Rodrigues Veigaⁱⁱ
Sérgio José Setaⁱⁱⁱ
Edison Cambon Júnior³
Maria Carlota Meloni Vicente^{iv}
Celma da Silva Lago Baptistella^v

1 - INTRODUÇÃO

O objetivo principal deste artigo foi analisar as estimativas relativas a emprego e salários dos trabalhadores rurais do Estado de São Paulo, levando-se em conta a composição da produção e sua susceptibilidade aos fatores econômicos. Considerou-se ainda que, as inovações tecnológicas e o que delas se desprende administrativamente exercem influência de peso sobre a geração de emprego, pois estão de forma implícita influenciando na distribuição e concretização dos cultivos.

A análise em questão considera o desempenho do setor agrícola no início da década de 90, submetido às "movediças" políticas agrícolas, e mostra como os resultados refletiram no emprego e nos salários dos seus trabalhadores.

Os aumentos ou reduções do emprego referiram-se a todas as categorias, englobando a população trabalhadora residente e não-residente nos imóveis rurais, com destaque à diferenciação estabelecida para trabalhadores dos sexos masculino e feminino.

No intuito de melhor entender o quadro social, o artigo tece considerações a respeito do registro em carteira - suficientes para situar o tema no contexto atual das relações de trabalho.

Não consta deste artigo uma discussão mais profunda do atual perfil de absorção da mão-de-obra temporária na agricultura paulista, tendo em vista a intenção informativa de aferir o emprego a partir da mencionada composição da produção. Contudo, é necessário deixar claro que, frente à modernização desigual do processo de trabalho - caracterizado pela combinação entre força de trabalho e meios de produção - esta absorção ocorre de formas diversas no interior da própria categoria dos bóias-frias (além de desqualificar trabalhadores de todas as outras categorias e fazer com

que percam a especificidade precípua de sua função e assumam as mais variadas atividades dentro da mesma unidade de produção, ou fora dela). Atualmente, aumentaram as distinções entre os bóias-frias, em função de terem as usinas e as indústrias citrícolas adotado a prática de registrá-los em carteiras de trabalho, determinando, assim, um corpo funcional permanente (para os empregadores) de garantia às tarefas da colheita.

Neste contexto, ao se analisar o emprego dos volantes supõe-se que aí estejam incluídos tanto os que representam os trabalhadores volantes fixos quanto os que possuem vínculos mais frágeis.

2 - MATERIAL E MÉTODO

Nesta pesquisa foram utilizadas informações elaboradas pelo Centro do Trabalho Rural, do Instituto de Economia Agrícola, obtidas por meio de uma amostra probabilística de imóveis rurais. O levantamento é efetuado diretamente com o produtor, coletando-se dados de população trabalhadora residente, não residente e volantes (bóia-fria ou safrista), bem como o número de registro em carteira.

Os dados sobre salários rurais foram obtidos via levantamento de Preços Correntes - cujos informes são fornecidos pelos responsáveis das Casas de Agricultura de cada município (levantamento censitário)^{vi}. São publicados em nível de Divisão Regional Agrícola, possibilitando, assim, destacar aspectos regionais.

As estimativas sobre população trabalhadora, para o Estado de São Paulo, compreendem as categorias: proprietário, arrendatário, parceiro, colono, assalariado (mensalista e diarista), empreiteiro (bem como familiares que auxiliam no trabalho), administrador e outros (trabalhadores que não se encaixam nas outras

categorias).

Os informes da população trabalhadora residente e não-residente são mais detalhados no levantamento de abril, uma vez que este contingente possui características mais estáveis de emprego, não necessitando acompanhamento periódico como é o caso do trabalho volante.

No intuito de delinear a real situação do emprego de homens, mulheres e crianças, foram levantadas informações em nível de Estado, das principais categorias de trabalhadores. O emprego de volantes possui características peculiares, ou seja, pela sazonalidade de seu trabalho é avaliado durante os cinco levantamentos anuais - fevereiro, abril, junho, setembro e novembro.

Nos questionários respondidos pelos produtores rurais, obtém-se o número médio diário de volantes empregados na última semana. Geralmente, o dado se reporta aos últimos quinze dias úteis do mês em que está sendo feito o levantamento. Esta metodologia é empregada para que não ocorra dupla contagem, pois, como foi mencionado anteriormente, esta categoria comporta-se de forma peculiar, empregando-se em diversos locais em curtos períodos de tempo.

Outro dado importante para o estudo do trabalhador volante é o emprego em dias-homens (serviços) utilizados em cada mês, o que possibilita o conhecimento da distribuição do trabalho durante todo o ano (VICENTE & BAPTISTELLA, 1986).

Com a finalidade de ampliar o conhecimento sobre o mercado de trabalho agrícola, o Centro do Trabalho Rural empenhou-se em tornar disponíveis informações referentes ao registro em carteira dos trabalhadores rurais. Salienta-se que neste artigo foram apresentados dados de 1991 a 1994, porém a série reporta-se a 1980. No período 1980-91, o item referia-se apenas aos trabalhadores com vínculo empregatício mais estável, não incluindo a denominação "volante", que somente a partir de 1992 passa a ser coletada em todos os levantamentos anuais (as informações para volantes estão disponíveis apenas para 1992 e 1993).

Para estudar o padrão de vida do homem da zona rural, faz-se necessário conhecer o preço relativo do seu trabalho. Nesse sentido, os informes de salários são obtidos nos meses de abril e novembro, épocas em que ocorrem as colheitas das principais culturas anuais e perenes. Assim, as categorias abrangidas nesse levantamento são: diarista a seco, volante, administrador, tratorista, mensalista e capataz^{vii}.

O índice de salários das categorias foi

elaborado de acordo com a fórmula:

$$I = \frac{S_t}{S_o} \times 100$$

onde:

I= Índice de Salários por Categoria;

S_t = Salário Médio Real do período t, deflacionado pelo Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI) da Revista Conjuntura Econômica; e

S_o = Salário Médio Real do período base abril de 1991, deflacionado pelo IGP da Revista Conjuntura Econômica.

Todos os dados dos levantamentos passam por processo de depuração para que informações errôneas não sejam incorporadas aos resultados finais. O método do processo de detecção e correção dos erros apoiam-se nas pesquisas de PINO (1986) e PINO & JIMENEZ (1977).

3 - PRODUÇÃO AGRÍCOLA E EMPREGO

É a composição agrícola, no tempo e no espaço, que configura o quadro potencial e referencial de quantidade e categorias de mão-de-obra necessárias ao trabalho agrícola.

A análise que se segue considera a distribuição e desempenho da agricultura paulista em um determinado período de tempo (1991-94), realçando os principais fatores de ordem econômica que interferiram no comportamento do setor.

A década de 90 se inicia em meio a uma situação de crise, em que - pelo menos no discurso oficial - se buscava de todas as formas a estabilização da economia brasileira e a administração do *déficit* público. A estratégia de recessão adotada, evidenciada pela queda do Produto Interno Bruto (PIB) e da renda *per capita*, afetou o setor rural. As perdas salariais e o desemprego urbano deprimiram a demanda agregada por alimentos, e a formulação de uma política agrícola com elevadas taxas de juros para custeio refletiu-se na oferta de produtos agropecuários (BESSA JUNIOR et al., 1991).

Na agricultura paulista foram plantados na safra 1990/91 cerca de 2,4 milhões de hectares de batata das águas, milho, cebola, arroz, feijão, alho-dão, amendoim das águas, soja e mandioca, quando em média no período 1986/87 a 1990/91 a área correspondeu a 2,6 milhões de hectares. O agricultor paulista procurou atividades de boa rentabilidade ou com menores custos de produção por unidade de área, transformando áreas de

culturas anuais em pastagens cultivadas (BESSA JUNIOR et al., 1991).

Para melhor observar os reflexos sobre o emprego agrícola foram estabelecidos dois sub-períodos para análise: o primeiro, de 1991 a 1992, apresentou um crescimento do nível de emprego da ordem de 2,6%, devido, em grande parte, ao bom desempenho da agricultura paulista em 1992 animando inclusive os demais setores da economia. O segundo, abrangendo as safras 1992/93 e 1993/94, registrou decréscimos no emprego rural de 3,0% de 1992 a 1993, e de 3,8% de 1993 a 1994 (Tabela 1).

Na safra 1991/92, o setor agrícola mostrou-se sensível às mudanças da política econômica, quando ocorreu redução dos juros dos financiamentos agrícolas para médios e grandes produtores e os reajustes dos preços mínimos e Valores Básicos de Custeio (VBC) (CARVALHO, 1992).

Outro indicador relevante é a relação índice de preços recebidos/índice de preços pagos, que apresentou nos primeiros meses de 1992 uma deterioração das relações de troca, perdurando até o início do plantio da safra a ser colhida em 1993.

Foram inferiores as áreas cultivadas com algodão, amendoim, arroz, feijão, café e milho, quando se compara 1991/92 e 1992/93 (Tabela 2).

Na safra posterior, 1993/94, ampliou-se o sistema de equivalência-produto nas operações de crédito rural, sendo que a eficiência deste sistema no que concerne ao estímulo à tomada de crédito, estaria condicionada ao seu efetivo cumprimento na época de colheita. Destacam-se, também, as novas regras para renegociação das dívidas do setor agrícola (CARRIERI, 1993).

As alterações no mercado de trabalho rural, advindas da dinâmica imposta pelos fatores analisados, estão traduzidas fundamentalmente por resultados quantitativos. O emprego de residentes nos imóveis rurais

foi mais representativo em 1991, 1992 e 1993, decrescendo em 6,8% em 1994. A categoria de parceiros mostrou a maior queda, ou seja, 39,0% do início da década para 1994, enquanto as de proprietários e assalariados cresceram em valores absolutos e relativos. Salienta-se que o sistema de parceria, geralmente adotado nas lavouras de café e algodão, é bastante sensível aos efeitos causados pelo comportamento adverso destes produtos.

No caso do café, os contínuos preços baixos intensificaram o processo de erradicação no Estado, com redução na área colhida de 1991/92 para 1992/93. Há que se considerar ainda a crescente utilização das capinas motomecanizadas e de herbicidas químicos no trato dos cafezais paulistas, que reduz, em regra, a necessidade do emprego de mão-de-obra durante o ano todo. Neste contexto, tornou-se mais vantajosa a relação de trabalho baseada no assalariamento, em detrimento ao sistema de parceria.

Já o cultivo de algodão apresentou-se desestimulado diante de preços mais competitivos do produto importado, devido ao excesso de oferta dos países produtores, havendo então redução da área plantada. Desse modo, os donos de máquinas beneficiadoras encontravam condições melhores trabalhando com as fibras estrangeiras. Portanto, os produtores nacionais diminuíram os cuidados com as lavouras, em particular nas operações de adubação e controle fitossanitário, prejudicando a qualidade final do produto. Esta situação, por fim, ocasionou reflexos negativos no emprego e na renda (GONÇALVES, 1993).

Na categoria de parceiros, o emprego masculino tem-se mantido em torno de 62,0% do total. O número de parceiros homens caiu em 10,0%, enquanto a queda no trabalho feminino foi de 11,2% (Tabela 3).

As mulheres assalariadas residentes eram quase 57 mil em 1992, passando a 46 mil em 1994, ou seja, mais de 10 mil a menos. O emprego assala-

TABELA 1 - Estimativa da População Trabalhadora Residente e Não-Residente nos Imóveis Rurais por Categoria, Estado de São Paulo, 1991-94

Categoria	1991		1992		1993		1994	
	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
Residente								
Proprietário ¹	282.116	42,1	291.001	42,0	292.805	44,0	251.475	40,6
Administrador	19.672	2,9	25.471	4,0	18.982	3,0	17.782	2,9
Arrendatário ¹	13.260	2,0	10.307	1,0	8.255	1,0	14.233	2,3

Parceiro ¹	81.286	12,1	55.432	8,0	47.147	7,0	49.662	8,0
Colono	8.781	1,3	8.734	1,0	5.659	1,0	6.612	1,1
Empreiteiro	10.266	1,5	10.149	1,0	6.522	1,0	10.514	1,7
Assalariado ²	256.151	38,1	264.370	43,0	284.279	43,0	268.645	43,4
Subtotal	671.532	100,0	665.464	100,0	663.649	100,0	618.923	100,0
Não-residente								
Proprietário ¹	154.097	26,0	147.773	23,0	161.940	27,0	172.371	28,8
Outros ³	130.638	22,0	147.953	23,0	179.778	30,0	138.598	23,1
Volante ⁴	315.528	52,0	343.502	54,0	259.936	43,0	287.770	48,1
Subtotal	600.263	100,0	639.228	100,0	601.654	100,0	598.739	100,0
Total	1.271.795	-	1.304.692	-	1.265.303	-	1.217.662	-

¹Engloba os familiares que auxiliam no trabalho.

²Essa categoria engloba trabalhadores mensalistas e diaristas residentes.

³Esse item engloba administrador, diarista, mensalista e outros trabalhadores contratados para serviços específicos, exceto a categoria volante.

⁴Os dados de volante são do levantamento de abril.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola e Coordenadoria de Assistência Técnica Integral.

riado masculino no mesmo período aumentou em 7,1%. Estas estimativas mostram que em épocas menos favoráveis a mulher perde o emprego primeiro e que aquelas pertencentes às categorias de parceiros, colonos e pequenos proprietários, constituem uma reserva de mão-de-obra disponível sempre que necessário.

Pode-se verificar que uma parte daqueles que deixam o meio rural o fazem apenas em termos da residência, permanecendo, contudo, na atividade agrícola. Para uma redução no emprego de mão-de-obra residente nos imóveis rurais houve em contrapartida um acréscimo de 9,2% no emprego de proprietários e outros não

residentes, exceto aqueles denominados volantes (dados de 1991 e 1994 da Tabela 1).

O trabalho das categorias de residentes organiza-se conjugando o emprego permanente de certos contingentes e o emprego sazonal ou temporário de outros. A articulação entre trabalho permanente e trabalho temporário dos bóias-frias, e mesmo de outras categorias, garante o suprimento de mão-de-obra no campo.

Finalmente, vale acrescentar que dois tipos de informações estão disponíveis para análise do trabalho volante: a) o número de pessoas empregadas

TABELA 2 - Área e Produção das Principais Culturas do Estado de São Paulo, 1990/91 a 1993/94

Produtos	1990/91		1991 /92		1992/93		1993/94	
	Área (1.000ha)	Produção (1.000t)	Área (1.000ha)	Produção (1.000t)	Área (1.000ha)	Produção (1.000t)	Área (1.000ha)	Produção (1.000t)
Algodão em caroço	221,5	341,3	219,0	336,3	142,6	225,0	149,6	254,7
Amendoim das águas	59,4	121,5	63,6	125,0	54,3	111,0	53,1	111,8

Amendoim da seca	17,9	27,5	21,2	28,8	16,6	26,0	15,5	24,1
Arroz em casca	189,5	325,2	189,5	337,2	167,1	306,9	142,2	276,6
Cafê beneficiado	530,8	237,6	445,2	186,4	315,7	216,0	286,5	213,6
Cana para indústria	2.165,1	143.900,0	2.311,9	150.900,0	2.353,2	155.445,0	2.588,3	172.200,0
Feijão das águas	148,4	130,2	120,9	103,2	105,8	114,0	112,7	86,1
Feijão da seca	91,8	75,0	145,0	135,6	126,2	102,6	124,4	123,9
Feijão de inverno	99,6	81,3	73,9	81,9	73,5	81,9	85,5	100,5
Laranja	982,3	13.141,7	763,5	12.440,0	799,2	12.525,6	784,6	12.113,5
Milho	1.190,6	3.366,0	1.025,2	3.024,0	904,7	2.910,0	915,4	2.952,0
Milho safrinha	193,8	418,2	230,7	495,6	284,3	660,0	373,4	873,0
Soja	495,2	921,6	465,5	841,2	490,0	976,2	553,9	1.230,9

Fonte: Instituto de Economia Agrícola e Coordenadoria de Assistência Técnica Integral.

nos meses de fevereiro, abril, junho, setembro e novembro (por sexo e idade) e b) o total de dias-homens (serviços) para todos os meses do ano. São dados complementares que possibilitam a avaliação de aspectos importantes, como por exemplo a sazonalidade do trabalho.

Ao se tomar a média do número de volantes empregados nos cinco levantamentos, verificaram-se valores de 250,3 mil e 271,5 mil para 1993 e 1994, respectivamente. Em 1991 e 1992 a média superou os 300 mil. As estimativas sobre dias-homens (serviços) também confirmam um decréscimo correspondente a 11,0% de 1991 para 1993 (Tabelas 4 e 5).

Nos anos 80 e início da década de 90 alterou-se a dinâmica da sazonalidade do trabalho volante, com a diminuição do emprego no período de junho a agosto, considerado o mais importante. A colheita de cana, por ser a principal atividade agrícola nesse período, explica em boa parte essa transformação. A ampliação do

período de colheita, com a finalidade de abastecer as usinas, estendendo assim as suas atividades durante um maior espaço de tempo no ano, tem atuado na distribuição do trabalho. Já a intensificação do corte mecanizado contribuiu para a queda em nível de emprego (BAPTISTELLA et al., 1994).

Além da colheita da cana-de-açúcar, as operações de maior demanda por trabalho volante ainda são as colheitas das culturas anuais, do café e da laranja. Esta última, realizando-se com maior intensidade no período de setembro a novembro.

As estimativas revelaram um crescimento no número de volantes empregados em setembro, porém, o cruzamento com informações sobre dias-homens mostra uma variação menor. Daí, se decorre que a cultura da laranja contrata trabalhadores para períodos menores, quando comparada à cana-de-açúcar.

TABELA 3 - Estimativa da População Trabalhadora Residente nos Imóveis Rurais, por Categoria e por Sexo, Estado de São Paulo, 1992 a 1994

1992	Homens	Mulheres	Homens e Mulheres (-15 anos)
Proprietário	177.382	113.619	29.347
Administrador	25.471	-	-

Arrendatário	7.124	3.183	1.588
Parceiro	34.610	20.822	9.675
Colono	5.766	2.968	1.380
Empreiteiro	8.135	2.014	344
Assalariado	207.531	56.839	19.400
Total	466.019	199.445	61.734
	Homens	Mulheres	Homens e Mulheres (-15 anos)
1993			
Proprietário	172.996	119.809	37.884
Administrador	18.982	-	-
Arrendatário	6.630	1.625	850
Parceiro	31.847	15.300	4.186
Colono	3.072	2.587	956
Empreiteiro	4.335	2.187	468
Assalariado	241.643	42.636	13.206
Total	479.505	184.144	57.550
	Homens	Mulheres	Homens e Mulheres (-15 anos)
1994			
Proprietário	153.475	98.000	29.178
Administrador	17.782	-	-
Arrendatário	8.729	5.504	3.964
Parceiro	31.160	18.502	7.947
Colono	4.491	2.121	1.619
Empreiteiro	9.840	674	2.281
Assalariado	222.307	46.338	19.820
Total	447.784	171.139	64.809

Fonte: Instituto de Economia Agrícola e Coordenadoria de Assistência Técnica Integral.

TABELA 4 - Estimativa do Número de Trabalhadores Volantes Empregados, Estado de São Paulo, 1991-94

Ano	Fevereiro	Abril	Junho	Setembro	Novembro
1991	337.138	315.528	308.637	325.037	266.533
1992	291.296	343.502	311.100	334.299	231.157
1993	193.446	259.936	311.147	292.982	194.142

volante uma maior remuneração em relação à de diarista a seco (CARMO et al., 1992).

Em novembro de 1992 foram constatadas nas Divisões Regionais Agrícolas (DIRAs) de Araçatuba e Presidente Prudente, as mais baixas médias salariais de todo o Estado para a categoria de volante, levando-se em conta às circunstâncias de desemprego generalizado em consequência da significativa redução das áreas plantadas de algumas culturas, como por exemplo a do algodão, que emprega grande quantidade de mão-de-obra (LIMA et al., 1993a).

Os salários dos administradores apresentaram grandes diversidades de valores, pois possuem uma vasta gama de atribuições e responsabilidades nos estabelecimentos rurais, bem como vários níveis de escolaridade e informação. Fato interessante diz respeito ao setor usineiro, o qual, via de regra, destaca-se como o que melhor paga esta categoria por exigir alta qualificação profissional para a condução de sua dinâmica industrial (CAMBON JUNIOR et al., 1994).

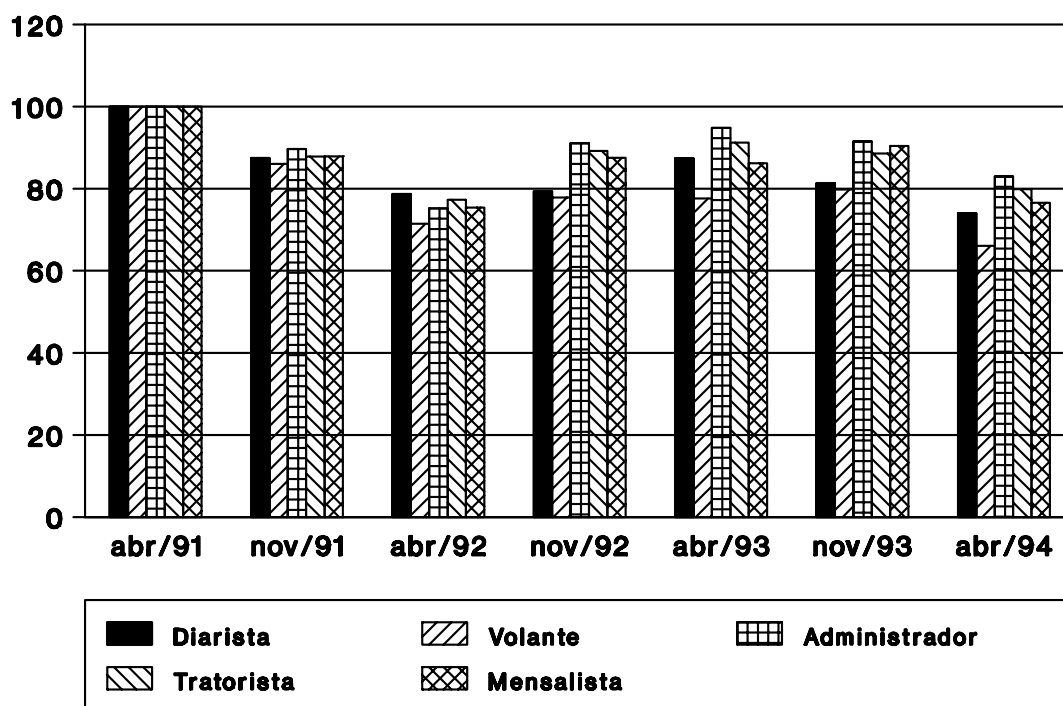


FIGURA 1 - Variação Percentual dos Salários Rurais no Estado de São Paulo, por Categoria, 1991 a 1994.

Fonte: Elaborada a partir de dados básicos do Instituto de Economia Agrícola e Coordenadoria de Assistência Técnica Integral.

Em certas DIRAS, no entanto, encontraram-se alguns valores pagos aos administradores, tratoristas e mensalistas abaixo do salário mínimo vigente à época do levantamento, realidade esta que produz impactos negativos na qualidade de vida dessas categorias (LIMA et al., 1993b).

As regiões que melhor remuneraram os trabalhadores rurais, têm sido as de Ribeirão Preto e Campinas, com as maiores médias salariais do Estado. Deve-se salientar a presença dos complexos agroindustriais nessas regiões. Tal fato contribui para a dinamização da agricultura, gerando mais postos de trabalho e distribuindo melhor a oferta de emprego durante o ano (SETA, 1994).

De modo geral, no período de abril de 1991 a abril de 1992, observou-se para todas as categorias quedas nas remunerações que variaram (em termos reais) de 21,3% a 28,6%. Comparando-se abril de 1992 e novembro de 1992, constatou-se uma pequena recuperação para mensalista. Já para diarista, administrador e tratorista a melhoria nos salários atinge até abril de 1993 e para os volantes até novembro de 1993. Esta realidade representa apenas uma pequena recuperação circunstancial no nível geral de salários, não caracterizando uma tendência de crescimento. Após essas fases favoráveis, torna a decair em 1994, configurando uma real queda das remunerações dos trabalhadores rurais.

Outro tema relevante para o mercado de trabalho rural é a formalização das relações entre empregados e empregadores. Historicamente, o registro em carteira para trabalhadores da agropecuária foi originalmente disciplinado no Estatuto do Trabalhador Rural, Lei nº 4.214 de 2 de março de 1963, no Capítulo intitulado *Da Identidade Profissional*, sendo posteriormente revogado pelo Decreto-Lei nº 929, de 10 de outubro de 1969.

Atualmente, a matéria é regulada pela Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973 e, no que for omissa, pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), em seus artigos 13 a 21. Especificamente no art. 13º o legislador prescreve: *"A Carteira de Trabalho e Previdência Social é obrigatória para o exercício de qualquer emprego, inclusive de natureza rural, ainda que de caráter temporário, e para o exercício por conta própria de atividade profissional remunerada"*.

TABELA 6 - Registro em Carteira do Trabalhador Residente no Imóvel, Estado de São Paulo, 1991 a 1994

Ano	Registro em carteira	Assalariado e administrador
-----	----------------------	-----------------------------

Toda essa disciplina, no entanto, não eliminou a resistência dos empregadores em adotar a sistemática da carteira assinada nas suas relações de trabalho, alegando a conveniência de se evitar as exigências das leis trabalhistas. Assim, é oportuno esclarecer a necessidade de se efetuar a assinatura e os devidos lançamentos, uma vez que se trata de mandamento legal.

O registro em carteira referenda o contrato de trabalho com duração por tempo indeterminado, servindo como alternativa ao usual contrato de safrista que se presta única e exclusivamente a atender às demandas estacionais dos produtores monocultores nos períodos de pico.

Os dados mostraram que o número de registrados em carteira para as categorias de assalariado e administrador, no período de 1991 e 1994, variou entre 66,5% a 80,8% do total de empregados. Nota-se ainda que a partir de 1992 os percentuais decresceram e que, esses valores devem ser interpretados levando-se em conta as características inerentes dessas categorias, que lhes impõem um maior comprometimento com as empresas para as quais trabalham. Além desse fato, ocorre a arregimentação de trabalhadores menores, que muitas vezes não são registrados (Tabela 6).

Para os volantes, os dados evidenciaram o crescimento do registro em carteira em todos os meses levantados. Destacam-se os meses de junho e setembro com 75,0% e 45,0% do total empregado, respectivamente, o que decorre certamente da organização recente do trabalho nas empresas agroindustriais (Tabela 7).

5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

No período 1991-94 o emprego na agricultura paulista passou por oscilações, refletindo as incertezas políticas e econômicas vigentes no período. As mudanças na composição da produção agrícola, com destaque para o café e algodão, marcaram o panorama das relações de produção do tipo parceria, bastante comuns nessas culturas. Os proprietários (e familiares) e os assalariados, embora tenham oscilado durante o período analisado, permanecem como os mais representativos com valores superiores a 80% do total empregado.

	(nº)	(nº)	%
1991	197.607	275.823	71,6
1992	234.303	289.841	80,8
1993	222.340	303.261	73,3
1994	190.515	286.427	66,5

Fonte: Instituto de Economia Agrícola e Coordenadoria de Assistência Técnica Integral.

TABELA 7 - Registro em Carteira do Trabalhador Volante, Estado de São Paulo, 1992 e 1993

Ano	Mês	Registro em carteira (nº)	Volantes empregados (nº)	%
1992	Abril	45.389	343.502	13,2
	Junho	148.138	311.100	47,6
	Setembro	122.992	334.299	36,8
1993	Abril	80.320	259.936	30,9
	Junho	234.237	311.147	75,3
	Setembro	130.812	292.982	44,6

Fonte: Instituto de Economia Agrícola e Coordenadoria de Assistência Técnica Integral.

A análise salarial evidenciou uma perda de modo generalizado no setor, fato este agravado pelos elevados níveis inflacionários. A realidade da agricultura paulista é caracterizada pela existência de grandes diferenças nas remunerações auferidas entre as várias categorias e regiões do Estado, mas de modo amplo não houve exceção quanto à queda real dos salários.

Um número mais representativo de volantes passa a desfrutar das vantagens oferecidas pela carteira assinada, o que constitui, de um lado, um aperfeiçoamento nas relações de trabalho como reflexo da modernização e recente organização do trabalho na agricultura. De outro lado, cria-se uma nova aberração social na agricultura, pois os "eleitos" além de prosseguirem nas mesmas condições de trabalho e renda, estão pressionados por iminentes possibilidades de exclusão, o que ficou evidenciado pela queda observada no emprego. Esse é o motivo principal da

reprodução acentuada dos bóias-frias, que se caracterizam pelo nomadismo constante. Receberam esses os alcunhas de "pingaiadas", "trecheiros", ou ainda "peões do trecho", e constituem um grupo que vem se configurando como verdadeiro lumpem do setor agrícola. Além dessas, há outras expressões usadas pelos empregadores para se referirem ao trabalhador volante, tais como, os do lugar, os de fora, as turmas fixas, etc.^{viii}.

Essa diversidade deverá ser melhor compreendida em estudos com enfoques regionais e por produtos.

NOTAS

LITERATURA CITADA

- BAPTISTELLA, Celma S. L. et al. O trabalho volante na agricultura paulista e sua estacionalidade, 1985-93. **Agricultura em São Paulo**, SP, **41**(3):61-83, mar. 1994.
- BESSA JUNIOR, Alfredo A. et al. Prognóstico agrícola 1991/92. **Informações Econômicas**, SP, **21**(8):9-168, ago. 1991.
- CAMPOS, Humberto & PIVA, Luiz H. O. Dimensionamento de amostra para estimativa e previsão de safras no Estado de São Paulo. **Agricultura em São Paulo**, SP, **21**(3):65-88, mar. 1974.
- CARMO, Maristela S. et al. Mercado de trabalho agrícola. **Informações Econômicas**, SP, **22**(5):1: 25-132, maio 1992.
- CARRIERI, Alexandre P. Prognóstico agrícola 1993/94. **Informações Econômicas**, SP, **23**(10): 9-94, out. 1993.
- CARVALHO, Maria A. Política agrícola e desempenho do setor: considerações sobre o período recente. **Informações Econômicas**, SP, **22**(5):58-70, maio 1992.
- CAMBON JUNIOR, Edison et al. Mercado de trabalho rural - salários rurais no Estado de São Paulo em novembro de 1993. _____, SP, **24**(1):56-65, jan. 1994.
- GONÇALVES, José S. Comportamento dos mercados de algodão no pico da safra 1992/93. **Informações Econômicas**, SP, **23**(7):23-39, jul. 1993.
- LIMA, Rodne O. et al. Mercado de trabalho rural - salários rurais no Estado de São Paulo em novembro de 1992. _____, SP, **23**(1): 33-42, jan. 1993a.
- _____ et al. Mercado de trabalho rural - salários rurais no estado de São Paulo em abril de 1993. _____, SP, **23**(7):75-88, jul. 1993b.

NOGUEIRA, Elizabeth A. et al. **Estatísticas de salários agrícolas no estado de São Paulo**. São Paulo, IEA, 1992. 100p. (Série Informações Estatísticas da Agricultura).

PINO, Francisco A. Detecção e correção de erros em levantamentos agrícolas. **Pesquisa Agropecuária Brasileira**, Brasília, **21(9)**:979-985, set. 1986.

_____ & JIMENEZ OSSIO, J. H. Um método para depuração de erros amostrais em dados obtidos por levantamento em campo. In: REUNIÃO ANUAL DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA RURAL, 13, Curitiba, 1975. **Anais...** - São Paulo, SOBER, 1977. p. 409-410.

SETA, Sergio. J. & CAMBON JUNIOR, Edison.

Mercado de trabalho rural - salários rurais no Estado de São Paulo em abril de 1994. **Informações Econômicas**, SP, **24(7)**:67-76, jul. 1994.

SILVA, Maria A. M. Trabalhadores e trabalhadoras rurais: a condição humana negada. **São Paulo em Perspectiva**, SP, **7(3)**:116-124, jul./set. 1993.

VEIGA, José E. R. et al. Avaliação do emprego agrícola no estado de São Paulo, 1985-89. **Agricultura em São Paulo**, SP, **37(T.2)**:179-94, 1990.

VICENTE, Maria C. M. & BAPTISTELLA, Celma S. L. **Trabalho volante na agricultura paulista, 1975 a 1986**. São Paulo, IEA, 1986. 31p. (Relatório de Pesquisa, 6/87).

PANORAMA DO EMPREGO E DOS SALÁRIOS NA AGRICULTURA DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1991-94

SINOPSE: O estudo analisou o emprego, os salários e o registro em carteira dos trabalhadores rurais do Estado de São Paulo no período 1991-94. Foram utilizadas informações sobre população trabalhadora residente, não residente e volantes oriundas de uma amostra probabilística de imóveis rurais. Quanto aos salários, os dados provêm de levantamento censitário junto à Casa da Agricultura do Estado. Observou-se decréscimo no emprego em decorrência das mudanças na composição da produção agrícola, especificamente para algodão e café. Permanecem como categorias representativas na população trabalhadora proprietários (e familiares) e assalariados. Transformações significativas vêm ocorrendo na categoria de volantes, devido, principalmente, à modernização das relações de trabalho nas agroindústrias paulistas. A análise salarial mostrou perdas para todas as categorias.

Palavras-chave: emprego, salários, trabalhador rural.

OVERVIEW ON AGRICULTURAL EMPLOYMENT AND PAYMENT OF STATE OF SÃO PAULO, 1991-94

ABSTRACT: This article analysed the employment, the payment and registration office for the country workers in the state of São Paulo from 1991 and 1994. It was used using information about resident working people, non-resident and temporary country workers from probabilistic rural constructions. About the payment the data comes from a survey realized by Agricultural State House Office. Changes in agricultural production caused low human conditions and the works to lose their jobs, specifically those who worked with cotton and coffee. Owners (and family) and paid monthly people remain as the representative categories. A great transformation has been occurring at temporary country works, mainly because there was an improvement in the agribusiness work field in the state of São Paulo. The salarial analysis showed us loss in all categories.

Key-words: employ, payment, rural labor.

¹Os autores agradecem a colaboração do Técnico Agrícola Emerson Pieralini, da Técnica de Apoio à Pesquisa Científica e Tecnológica, Daniela Ramos Soares e dos estagiários Lidia Kumiko Murakami e Alexandre de Castro Rodante. Recebido em 20/02/95. Liberado para publicação em 05/06/95.

²Engenheiro Agrônomo, Pesquisador Científico do Instituto de Economia Agrícola.

³Engenheiro Agrônomo, Assistente Técnico de Pesquisa Científica e Tecnológica do Instituto de Economia Agrícola.

⁴Engenheiro Agrônomo, MS, Pesquisador Científico do Instituto de Economia Agrícola.

⁵Sociólogo, Pesquisador Científico do Instituto de Economia Agrícola.

⁶Uma descrição mais completa dos levantamentos estatísticos, Objetivo e Subjetivo, encontra-se em CAMPOS & PIVA (1974), VEIGA et al. (1990) e NOGUEIRA et al. (1992).

⁷A conceituação detalhada das categorias encontra-se em NOGUEIRA et al. (1992).

⁸Sobre o assunto, ler SILVA (1993).